

Deliberação CEISE n.º 1/2018

Delegação de competências da autoridade de gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE) no organismo intermédio Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.)

A Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria (CIC Portugal 2020), deliberou, por consulta escrita de 10 de abril de 2015, nos termos e para os efeitos da alínea g) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, homologar, a lista de competências a delegar pela autoridade de gestão do programa operacional temático Inclusão Social e Emprego no organismo intermédio Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.), no âmbito das tipologias de operação: “Contratos locais de desenvolvimento social (CDLS)”, “Modelos de apoio à vida independente (MAVI)”, “Rede de cuidados de proximidade”, “Idade +”; “Cuidados especializados”, “Rede local de intervenção social (RLIS)”, “Qualificação do sistema nacional de intervenção precoce na infância”, e “Apoio à parentalidade positiva”.

Por consulta escrita de 12 de dezembro de 2016, a Comissão Especializada para o domínio temático Inclusão Social e Emprego da CIC Portugal 2020 (CEISE), deliberou retirar do âmbito daquela delegação de competências a tipologia de operação “Modelos de Apoio à Vida Independente (MAVI)”, alterando a lista de competências delegadas pela deliberação n.º 35/2015, da CIC Portugal 2020, de 10 de abril de 2015.

Tendo sido decidido retirar do âmbito daquela delegação de competências as tipologias “Rede de cuidados de proximidade”, “Idade +”; “Cuidados especializados”, “Qualificação do sistema nacional de intervenção precoce na infância” e “Apoio à parentalidade positiva” a CEISE da CIC Portugal 2020, deliberou, através de consulta escrita, nos termos conjugados do n.º 8 do artigo 1.º, da alínea b) do n.º 1 e da alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento Interno da CIC Portugal 2020, aprovado em anexo à Deliberação n.º 83/2015, de 21 de dezembro, publicado em anexo ao Despacho n.º 7964/2016, de 20 de maio, do Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 115, de 17 de junho, homologar, sob proposta da autoridade de gestão respetiva e após parecer da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., a nova lista de competências delegadas pela

autoridade de gestão do programa operacional temático Inclusão Social e Emprego no organismo intermédio Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.), que passam agora a abranger as seguintes tipologias de operações: “Contratos locais de desenvolvimento social (CDLS)”, “Rede local de intervenção social (RLIS)”, nos termos constantes do quadro anexo, alterando a lista de competências delegadas pela deliberação n.º 3/2016, da CEISE Portugal 2020, de 12 de dezembro de 2016, que nestes termos se considera alterada.

CE ISE, 25.09.2018

O Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Coordenador da Comissão Especializada do domínio temático Inclusão Social e
Emprego da CIC Portugal 2020

José António Vieira da Silva

ANEXO

Identificação das funções previstas para a Autoridade de Gestão, nos termos do artigo 125.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, e dos artigos 26.º e 27.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro (MG), a delegar no organismo intermédio Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.)

Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
Organismo Intermédio Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.)

Funções de gestão				Âmbito				Observ.
Ref.	Descrição	A delegar	DT	PI	Âmbito temático	Tipologia		
1	1 Elaborar a regulamentação específica e submetê-la a aprovação da CIC Portugal 2020, após parecer do órgão de coordenação técnica (al. a), n.º 1 do art. 26 do MG)			9I		Contratos locais de desenvolvimento social (CLDS)	As verificações das operações in loco serão realizadas com recrusos a equipas mistas do PO ISE e do OI	
2	2 Definir os critérios de seleção a serem aprovados pela comissão de acompanhamento do PO (al. b), n.º 1 do art. 26 do MG)			9I v		Rede local de intervenção social (RLIS)		
3	3 Aplicar os critérios de seleção aprovados pela respetiva comissão de acompanhamento do PO (al. b), n.º 1 do art. 26 do MG)	X						
4	4 Assegurar que a operação selecionada corresponde ao âmbito do fundo ou dos fundos em causa e pode ser atribuída à categoria de intervenção (al. c), n.º 1 do art. 26 do MG)							
5	5 Aprovar as candidaturas a financiamento pelo PO que, reunindo condições de elegibilidade, tenham mérito adequado a receberem apoio financeiro (al. c) do n.º 1 do art. 27 do MG)							
6	6 Assegurar que seja disponibilizado ao beneficiário um documento sobre as condições de apoio para cada operação, incluindo os requisitos específicos aplicáveis aos produtos ou serviços a realizar no âmbito da operação, o plano de financiamento e o prazo de execução (al. d), n.º 1 do art. 26 do MG)							
7	7 Verificar se o beneficiário tem capacidade administrativa, financeira e operacional para cumprir as condições referidas na alínea anterior, antes de a operação ser aprovada, quando aplicável (al. e), n.º 1 do art. 26 do MG)							
8	8 Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO							
9	9 Verificar se a operação a selecionar tem enquadramento nas elegibilidades específicas do correspondente PO, adequação técnica para prossecução dos objetivos e finalidades específicas visadas, demonstração objetiva da sua viabilidade e sustentabilidade económica e financeira (al. f), n.º 1 do art. 26 do MG)	X						
10	10 Formalizar a concessão dos apoios e acompanhar a realização dos investimentos ou execução das ações							
11	11 Garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis, designadamente nos domínios da concorrência, da contratação pública, do ambiente e da igualdade de oportunidades e, concretamente, da igualdade entre mulheres e homens, quando aplicável							
12	12 Assegurar a conformidade dos termos de aceitação das operações apoiadas, ou dos contratos, com a decisão de concessão do financiamento e o respeito pelos normativos aplicáveis, bem como o acompanhamento da realização dos investimentos ou execução das ações e a interlocução com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida dos projetos, sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da autoridade de gestão							
13	13 Verificar se foi cumprida a legislação aplicável à operação em causa, sempre que a operação tenha início antes da apresentação do pedido de financiamento à AG (al. g), n.º 1 do art. 26 do MG)	X						
14	14 Garantir que as operações selecionadas não incluem atividades que tenham feito parte de uma operação que tenha sido ou devesse ter sido objeto de um procedimento de recuperação em conformidade com o artigo 71.º do Reg. (UE) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, na sequência de uma deslocalização de uma atividade produtiva fora da área do programa (al. h), n.º 1 do art. 26 do MG)							
15	15 Determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação (al. i), n.º 1 do art. 26 do MG)							
16	16 Verificar a elegibilidade das despesas no âmbito do processo de seleção e execução das operações							
17	17 Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação e o pagamento da despesa declarada pelos beneficiários, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o PO e com as condições de apoio da operação (al. a), n.º 2 do art. 26 do MG)		ISE					
18	18 Garantir que os beneficiários envolvidos na execução das operações reembolsadas com base em custos elegíveis efetivamente suportados, utilizam um sistema contabilístico separado para todas as transações relacionadas com a operação ou a codificação contabilística fiscalmente aceite (al. b), n.º 2 do art. 26 do MG)							
19	19 Adotar medidas antifraude eficazes e proporcionadas, tendo em conta os riscos identificados (al. c), n.º 2 do art. 26 do MG)							
20	20 Estabelecer procedimentos para que todos os documentos de despesa e das auditorias sejam conservados em conformidade com o disposto no Reg. (UE) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, nomeadamente para garantir uma pista de auditoria adequada, ou com disposições legais nacionais, quando estas imponham prazos mais alargados (al. d), n.º 2 do art. 26 do MG)							
21	21 Elaborar a declaração de gestão e a síntese anual dos relatórios referidos nas alíneas a) e b) do n.º 5 do artigo 50.º do Reg. (UE) n.º 969/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012 (al. e), n.º 2 do art. 26 do MG)							
22	22 Assegurar a criação e a descrição de um sistema de gestão, bem como garantir a criação e o funcionamento de um sistema de controlo interno que previna e detete irregularidades e permita a adoção das medidas corretivas oportunas e adequadas (al. f), n.º 2 do art. 26 do MG)							
23	23 Presidir à respetiva comissão de acompanhamento, fornecendo-lhe as informações necessárias para o exercício das suas competências, em especial, os dados sobre os progressos do PO na realização dos seus objetivos, os dados financeiros e os dados relativos aos indicadores e objetivos intermédios (al. a), n.º 3 do art. 26 do MG)							
24	24 Elaborar e, após aprovação da comissão de acompanhamento, apresentar à CE os relatórios de execução anuais e finais referidos no artigo 50.º do Reg. (UE) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013 (al. b), n.º 3 do art. 26 do MG)							
25	25 Disponibilizar aos beneficiários as informações pertinentes para realizarem as operações							
26	26 Manter atualizado o Sistema de Informação, da Autoridade de Gestão e o Balanço 2020, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria							
27	27 Garantir que os dados sobre cada operação que são necessários para os exercícios de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação e auditoria, são recolhidos, introduzidos e registados no sistema de informação e que os dados sobre indicadores são, quando aplicável, desagregados por sexo (al. e), n.º 3 do art. 26 do MG)							
28	28 Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários (al. a), n.º 4 do art. 26 do MG)							
29	29 Realizar verificações administrativas in loco (al. b), n.º 4 do art. 26 do MG), as quais pode ser realizadas por amostragem (n.º 6 do art. 26 do MG)	X						
30	30 Assegurar a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução das operações, necessários para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional							
31	31 Garantir que a frequência e o alcance das verificações das operações é proporcional ao montante do apoio público concedido a uma operação e ao nível do risco identificado por essas verificações e pelas auditorias realizadas pela AA ao sistema de gestão e de controlo no seu conjunto (n.º 5 do art. 26 do MG)							